

A REVOLUÇÃO PORTUGUESA E A LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL: DIFERENTES CAMINHOS ENTRE WASHINGTON E LISBOA (1964-1978)

THE PORTUGUESE REVOLUTION AND THE STRUGGLE FOR DEMOCRATIZATION IN BRAZIL: DIFFERENT PATHS BETWEEN WASHINGTON AND LISBON (1964-1978)

Reinaldo Lindolfo Lohn*
reilohn@gmail.com

Mateus Gamba Torres**
gambatorres@gmail.com

RESUMO: Este artigo objetiva inserir a imposição de uma estrutura institucional pela ditadura militar brasileira (1964-1985) e as lutas pela democratização do país em um quadro de conexões e ativismos transnacionais. No centro da discussão está a revolução portuguesa de 1974 e sua influência sobre as oposições ao regime autoritário brasileiro. A montagem de um aparato jurídico que buscou legitimar a ditadura e encontrou respaldo internacional junto ao governo dos Estados Unidos desde 1964 foi desafiada pelo surgimento de novos paradigmas democráticos inspirados na chamada Revolução dos Cravos. Portugal tornou-se na segunda metade da década de 1970 uma plataforma para interações políticas em âmbito internacional que se contrapuseram aos artifícios institucionais da ditadura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução dos Cravos; Ditadura Militar; Democratização.

ABSTRACT: This article aims to insert the imposition of an institutional structure by the Brazilian military dictatorship (1964-1985) and the struggles for the country's democratization into a framework of transnational connections and activisms. At the center of the discussion is the Portuguese revolution of 1974 and its influence on opposition to the Brazilian authoritarian regime. The creation of a legal apparatus that sought to legitimize the dictatorship and found international support with the United States government since 1964 was challenged by the emergence of new democratic paradigms inspired by the so-called Carnation Revolution. In the second half of the 1970s, Portugal became a platform for international political interactions that opposed the institutional artifices of the Brazilian dictatorship.

KEYWORDS: Carnation Revolution; Military Dictatorship; Democratization.

Sob um manto legal

O processo que lentamente criou fissuras e favoreceu o início de uma transição política que envolveu negociações que levariam ao fim da ditadura militar brasileira (1964-1985) passou por diversos momentos a partir de meados da década de 1970. Em particular, cabe acentuar que as relações políticas brasileiras foram atravessadas por influências internacionais

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

** Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília da Universidade de Brasília (UNB).

diversas. É comum restringir a interpretação dos processos políticos aos arranjos que ocorrem no interior das fronteiras nacionais. Contudo, o processo de transição política que ocorreu no Brasil foi marcado por interações com o contexto externo, principalmente as que disseram respeito às ações de opositores que buscavam desgastar o regime autoritário. Neste particular, acentue-se a importância de episódios como as conhecidas ações do governo de Jimmy Carter, dos Estados Unidos, a partir de 1977, em função de denúncias de violações a direitos humanos cometidas pelo regime brasileiro. Até aquele momento, a postura daquele país era de apoio e sustentação à ditadura (FICO, 2008, p. 236). Contudo, é possível apontar que o processo de desmoralização internacional da ditadura brasileira envolve um contexto mais alargado. Em tal apreciação, significativos foram alguns desdobramentos da chamada Revolução dos Cravos, movimento militar que derrubou a ditadura salazarista em Portugal em 1974 e que deu início a um processo de aprofundamento democrático e de insurgências sociais no país ibérico.

O presente artigo faz parte de um esforço que busca inserir as disputas políticas que envolveram o início da longa transição brasileira em uma escala de abordagem que envolve diferentes conexões internacionais. Algumas das informações mencionadas ao longo do texto compreendem elementos conhecidos pela historiografia especializada a respeito dos processos sociais e políticos abordados. Contudo, não se trata aqui de um balanço de textos disponíveis e com ampla circulação. De modo a delinear com precisão o objeto desta discussão, com base na consulta à documentação produzida no Brasil, nos Estados Unidos e em Portugal, pretende-se discutir as conexões entre processos políticos que envolveram os governos norte-americano e brasileiro nos primeiros anos do regime autoritário, os quais, na segunda metade da década de 1970, foram atravessados pelas mobilizações favorecidas pelo contexto internacional em torno da revolução portuguesa. Tais mobilizações políticas são aqui compreendidas como expressões de um ativismo político transnacional que influenciou o modo como diferentes setores das oposições e do governo brasileiro passaram a atuar.

Se os Estados Unidos tiveram um papel central no que diz respeito ao golpe de 1964 e à sustentação da ditadura, especialmente em seu primeiro decênio, é preciso incluir outras relações e conexões internacionais na interpretação que diz respeito ao início de uma transição política em meados da década de 1970. Não se trata de alterar a centralidade inegável das relações com os Estados Unidos como parte do processo de tomadas de decisões

no Brasil naquele contexto. Trata-se de evidenciar a importância dos desdobramentos do processo revolucionário português em uma trajetória que passou a levar em conta novos paradigmas para as perspectivas de democratização no Brasil, incluindo a presença marcante de ativistas políticos que ampliaram os debates em âmbito internacional sobre os caminhos a serem seguidos no país. Uma ditadura, respaldada inicialmente pelos Estados Unidos, que se recusava a assumir-se como tal e que procurava manter mecanismos institucionais formais que assegurassem um manto de legalidade para suas ações, foi confrontada por um processo internacional de descrédito e questionamento de suas bases a partir de demandas democráticas que punham em cena a participação social e novas formas de mobilização política.

A Revolução dos Cravos, com seus desdobramentos ao longo da década de 1970, teve impacto político conhecido no Brasil em diferentes aspectos. Contudo, pretende-se aqui apontar para uma ampliação do que até então era considerada uma agenda para uma possível redemocratização brasileira: os horizontes das possíveis práticas democráticas ganharam dimensão nova, saindo do controle das formalidades institucionais pretendidas pelo regime autoritário. Para tanto, propõe-se aqui a necessidade de levar em conta as experiências que envolveram um ativismo político transnacional, que se alimentou de ideias, práticas e expectativas sobre os horizontes democráticos disponíveis no período em apreço. A experiência no exílio permitiu a construção de redes políticas que ampliaram o espaço de atuação de militantes políticos brasileiros, os quais recriaram repertórios de ação coletiva (Marques, 2017). Contudo, não se trata aqui de focar no exílio: compreende-se que, para além das fronteiras nacionais, a ação de políticos, dirigentes de organizações e militantes, considerando suas diferentes posições, encontraram um ponto de articulação, constituindo tais personagens como ativistas políticos transnacionais. Sidney Tarrow (2005, p. 3-4) compreende que, quando situadas em um âmbito transnacional, há uma transformação nas formas de ação política, ampliando as oportunidades de ação coletiva, compreendendo a difusão e a circulação de ideias, mobilizações internacionais e adaptações de ideias locais a um cenário distinto daquele restrito às fronteiras nacionais. Assim, a presente discussão tem ao menos dois eixos centrais: passar dos marcos nacionais para as circulações transnacionais de discussões políticas sobre a ditadura brasileira; e compreender a ação política possível em âmbito transnacional para além das denúncias das violações da ditadura, buscando discutir

suas implicações nas expectativas em torno de um processo democrático possível no Brasil de então.

Com este foco, foram explorados três tipos de documentação: documentos produzidos pela embaixada norte-americana no Brasil entre 1964 e 1973 e disponibilizados pelo National Archives and Records Administration (NARA), abordando questões relativas ao apoio dos Estados Unidos à ditadura brasileira, sustentando a necessidade de assegurar uma fachada institucional de normalidade democrática ao regime; matérias coletadas na imprensa portuguesa entre 1974 e 1978, especificamente nos periódicos *Expresso*, *Diário de Lisboa*, *O Diário*, *Página Um*, *Voz do Povo*, *A Capital*, *O Tempo*, evidenciando que Portugal tornava-se, a partir da Revolução dos Cravos, uma plataforma de articulações internacionais que expunham e descredibilizavam a ditadura, rompendo o manto de normalidade institucional; e relatórios elaborados pelo Centro de Informações do Exterior (CIEEX), órgão do Serviço Nacional de Informações (SNI), que entre 1974 e 1976 procurou vigiar a circulação de informações e debates que ocupavam a imprensa portuguesa sobre o Brasil. Para abordar tais fontes, mobilizou-se a proposta metodológica de Serge Gruzinski (2001), com vistas a perceber na documentação “as continuidades, as conexões ou as simples passagens muitas vezes minimizadas”. A documentação foi articulada tendo em vista evidenciar “as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais e as histórias culturais desligaram ou esconderam”, envolvendo um ambiente de circulação internacional de ideias e princípios democráticos, em um espaço público ampliado.

Enquanto em Portugal caía o governo de Marcelo Caetano e a longeva ditadura salazarista (1926-1974), no Brasil a ditadura militar celebrava seu primeiro decênio. Um novo general-presidente, Ernesto Geisel, demonstrava a estabilidade do regime com o anúncio do que viria a ser chamado de distensão política. Tal distensão, descrita como lenta, gradual e segura, não projetava a saída dos militares do poder em breve, tampouco a construção de uma democracia plena. Lançando mão do aparato repressivo e da legislação imposta pela própria ditadura, Geisel procura impor um desenho institucional de acordo com as perspectivas das elites militares, costurando um manto legal que evitasse a mobilização social e impedisse o aprofundamento de qualquer democratização.

Do outro lado do Atlântico, emergiam diferentes forças sociais em Portugal, que tomaram ruas, sindicatos, partidos e movimentos sociais, após décadas de resistência ao

salazarismo. Um golpe militar logo transformou-se em um movimento com características insurrecionais e revolucionárias. Abriam-se novos e amplos significados para um processo de transição, alterando paradigmas e denotando o aprofundamento da democratização e da participação social. No caleidoscópio da revolução portuguesa, novos paradigmas democráticos desafiavam modelos e procedimentos institucionais cultivados pela ditadura brasileira em seu esforço por manter uma sustentação política e diplomática internacional. Um correspondente de um importante jornal brasileiro descrevia a seus leitores, em 1975, as mobilizações de bases sociais populares que radicalizavam um processo de democratização em que as camadas populares portuguesas assumiam protagonismo inédito. Comissões de base popular formavam redes de ativistas que recebiam “em Portugal os exilados políticos” oriundos de diferentes países, mas também do Brasil: “eles chegam e entram na luta. Portugal é um grande laboratório” (GÓES, 2007, p. 77). Assim, observando o laboratório português, brasileiros de diferentes posições políticas experimentavam um tipo novo de ativismo, que compreendia a possibilidade de que, naquele contexto favorável à discussão política ampla, os horizontes de uma possível democratização no Brasil pudessem ser imaginados para além das formalidades institucionais.

Este laboratório democrático ressignificava a democracia de um modo que a fazia extrapolar a fachada que a ditadura brasileira mantinha com o apoio do governo dos Estados Unidos. Até então, os norte-americanos justificavam seu apoio ao regime autoritário brasileiro pela existência de eleições, um judiciário em funcionamento e o combate aos subversivos pelos aparelhos de repressão. Em particular, a documentação investigada dá conta da importância atribuída ao poder judiciário e, particularmente, ao Supremo Tribunal Federal (STF), como modo de respaldar internacionalmente o regime brasileiro. Para os norte-americanos foi útil fiar-se no desenho institucional da ditadura, que buscava preservar certos procedimentos formais. Dessa forma, o regime assegurava não apenas um consenso com as elites civis que a respaldavam, mas sua aceitação internacional, especialmente pela grande potência do Norte, com a qual se alinhava incondicionalmente contra o comunismo. O próprio golpe de 1964 havia sido anunciado como uma demanda da população em defesa da democracia ameaçada. Mais do que isso, conforme Ridenti (2014, p. 30) “o regime instaurado jamais se assumiu como ditadura, no máximo como ‘democracia relativa’”, procurando manter uma “fachada democrática”. O regime prezou por manter uma “moldura institucional”

que, segundo Fico (2021), evocava uma “promessa de defesa da democracia” por meio de um “Estado forte”. Suas notórias ações autoritárias seriam instrumentalmente necessárias para o combate aos comunistas, evitando que não houvesse outra revolução em moldes como o de Cuba na América Latina.

Do ponto de vista norte-americano, essa moldura institucional, que previa a existência de dois partidos políticos, congresso em funcionamento limitado, eleições regulares para o legislativo e algumas estruturas de Estado em funcionamento, como as universidades, era suficiente para a manutenção de relações estáveis. Em particular, com destaque na presente discussão, pretende-se evidenciar o quanto a manutenção de estruturas judiciais em funcionamento parecia assegurar ao regime brasileiro ares de legalidade, uma obsessão das elites brasileiras que ganhou corpo numa “ofensiva legisferante” acentuada em alguns momentos da ditadura (MARTINS FILHO, 2004, p. 128). Formalismos legais assegurariam a imagem de uma democracia ocidental oposta ao comunismo.

Mesmo que desde os primeiros tempos pós-golpe de 1964 as denúncias de violações a direitos humanos e outras práticas autoritárias circulassem em âmbito internacional e provocassem constrangimentos ao regime, poucas manifestações de solidariedade internacional eram consistentes a ponto de gerarem impactos significativos sobre a ditadura brasileira. O alinhamento do Brasil aos Estados Unidos estaria assegurado e isso bastava para a garantia de contatos formais que mantinham a estabilidade do regime.

Contudo, à medida em que avançava a década de 1970, as pressões internacionais ganharam outras perspectivas para a denúncia da ditadura brasileira. A revolução portuguesa se constituiu por algum tempo como uma dessas plataformas que sustentaram diferentes movimentos e posicionamentos políticos, possibilitando que a ditadura brasileira fosse contrastada com um processo de democratização e de participação social que extrapolava qualquer iniciativa de distensão formal e de negociações palacianas desenhadas pelo regime. A Revolução dos Cravos pôs em movimento forças sociais que demonstravam que a efetiva participação social era indispensável para qualquer democratização, deixando a descoberto que o governo brasileiro nada mais era do que uma ditadura das mais violentas.

A ditadura brasileira passou a ser pressionada externa e internamente por forças sociais que reivindicavam que uma transição política pelo alto fosse transformada em uma

democratização. Sabe-se dos limites dessas lutas e do quanto o regime mostrou-se capaz de manter negociações que evitaram qualquer tipo de ruptura social e institucional mais ampla, a começar pela própria imposição de uma lei de anistia que impediu a aplicação de penalidades aos responsáveis pelas violações. Mas, por algum tempo, as esperanças de transformação social inspiradas por diferentes movimentos nacionais e internacionais do período, incluindo a revolução portuguesa, contribuíram para a disseminação de novas formas democráticas, marcadas pela mobilização e a participação social.

Entre ternos, fardas e togas: a fachada institucional do regime

É indispensável considerar a centralidade da influência norte-americana na inserção e legitimação internacional que a ditadura brasileira procurou construir a partir do golpe de 1964. Isso é necessário para um enquadramento adequado da novidade trazida pela revolução portuguesa para os debates que viriam a ocorrer no Brasil e que diziam respeito à perspectiva de montagem de um arranjo transicional que possibilitasse saídas do contexto autoritário vigente.

Na madrugada de 2 de abril de 1964, Robert Bentley, assistente do embaixador estadunidense no Brasil, acompanhou presencialmente a “posse” de Ranieri Mazzilli como novo chefe de Estado e de governo, após o presidente do senado, Auro de Moura Andrade ter declarado vaga a presidência da república mesmo com João Goulart ainda em território nacional. Sua missão era relatar imediatamente aos seus superiores o que estava acontecendo. O clima na embaixada era de espera, mas, além disso, de possíveis dúvidas quanto à possibilidade de se considerar “legal” o ocorrido. Bentley consegue um telefone e liga para seus chefes. A pergunta é direta: o que acabou de ocorrer no Brasil foi legal? A resposta de Bentley é afirmativa: “eu disse que não tinha condições de julgar, mas achava que sim, pois até o presidente do Supremo Tribunal [STF] estava presente” (TAVARES, 2014, p. 221).

No outro dia, o golpe e o governo estavam reconhecidos. A questão institucional supostamente era o elemento mais importante, mesmo que o golpe tenha sido dado contra um presidente eleito e à revelia da constituição de 1946, quando o presidente do congresso declarou vaga a Presidência da República com João Goulart ainda no Brasil. O importante para o governo norte-americano era a aparência legal, imagem que era assegurada pela disposição do presidente do STF em dar posse a Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos

Deputados. O governo dos Estados Unidos arregimentava argumentos para apoiar o golpe, chamado então de “Revolução”.

Anos depois, em março de 1968, meses antes da decretação do Ato Institucional-Número 5 (AI-5), quando o regime tomou um cariz ainda mais nitidamente autoritário, um documento da embaixada norte-americana em Brasília trouxe o seguinte título: “Importante decisão do Supremo Tribunal Federal mantém Atos Institucionais”. Foi enviado para o Departamento de Estado dos Estados Unidos tendo sido assinado pelo próprio embaixador dos Estados Unidos, John Tuthill. O documento comentava uma decisão do STF numa ação judicial que poderia beneficiar João Goulart e dois de seus ex-ministros de Estado. A suprema corte confirmou, por 8 votos contra 7, que os Atos Institucionais, parte do aparato legisferante autoritário da ditadura, mantinham-se válidos e “excluídos de apreciação judicial”, convalidando os atos que suspendiam direitos políticos de opositores. O embaixador norte-americano mostrava-se preocupado com a possibilidade de abertura de um flanco judicial que favorecesse os opositores do regime, bem como pela pequena margem da votação, significando uma possível confrontação com o STF em um momento de “relaxamento” em questões de segurança nacional. A ditadura brasileira estaria diante de “difíceis” decisões (IMPORTANTE..., 1968).

O olhar internacional parecia antecipar o que viria nos meses seguintes, quando o pêndulo entre manter as ilusões liberais sobre o golpe de 1964, sob a perspectiva de retorno à normalidade institucional, e as pressões militares pelo enrijecimento do regime, resultou no AI-5. Preocupava o governo dos Estados Unidos que o combate aos comunistas no país ocorresse com a manutenção de instituições liberais em funcionamento, legitimando o discurso de defesa do “mundo livre”, capitalista, contra o comunismo ditatorial (MOTTA, 2014, p. 123).

Em outra ocasião, em 1971, esteve em foco um processo contra o historiador Caio Prado Júnior, que estava preso há mais de um ano, mas que terminou absolvido. Um relatório sobre o caso foi enviado ao Departamento de Estado. Sob o título, “Conhecido Intelectual liberado”, o texto relata que o STF havia anulado a condenação a que Prado Júnior havia sido submetido no ano anterior pelo Tribunal Militar de São Paulo por incitação à luta armada. (CONHECIDO..., 1971). Para os diplomatas norte-americanos, os tribunais superiores brasileiros adotavam “uma atitude relativamente mais branda em relação as cortes inferiores,

revertendo ou reduzindo sentenças impostas por essas cortes que estão mais sujeitas a pressões locais nos esforços antiterroristas” (tradução nossa).¹

Em cada um desses momentos as autoridades diplomáticas dos Estados Unidos manejaram a construção de uma imagem conveniente do que seria necessário para afiançar a existência de um regime legal e democrático no Brasil. Para tanto, escudaram-se fundamentalmente na existência e funcionamento de estruturas judiciais que davam suporte às suas apreciações. Em particular, a presença e a convalidação do STF sobre cada ato e mesmo cada discussão no interior do regime foram consideradas suficientes para cobrir o regime autoritário com um manto legal que garantia o suporte internacional à ditadura brasileira. O legalismo burocrático juntava-se ao anticomunismo para cimentar uma fachada democrática convenientemente tratada nos corredores diplomáticos e foros internacionais.

Documentos da Embaixada dos Estados Unidos da América sediada no Rio de Janeiro durante os anos 1960 e 1973 estão liberados para consulta pelo mencionado NARA. A documentação investigada demonstra o quanto, por meio do respaldo dos Estados Unidos, a ditadura brasileira manteve o controle sobre as informações que circulavam em âmbito internacional a respeito do que se passava no Brasil. A preocupação com a imagem externa do país foi uma constante ao longo do regime, mobilizando inclusive um grande aparato de propaganda. A preocupação com “o que de nós pensam as sociedades de outros países” (FICO, 1997, p. 38) não se limitou a aspectos sociais e culturais subjetivos e depreciativos do povo, muito caros aos formuladores das políticas governamentais. Na medida em que se intensificou a circulação de informações a respeito de violações a direitos humanos, bem como de mazelas sociais que atingiam parte da população, o regime dependia do respaldo internacional angariado por seu alinhamento estrito aos Estados Unidos com base na geopolítica da guerra fria.

Em 1964, mesmo sabendo que João Goulart não era comunista, o governo estadunidense via com desconfiança seu nacionalismo, sua postura aberta a reformas sociais e suas ideias supostamente influenciadas por pessoas consideradas de esquerda. Tais atitudes eram temidas pelo governo estadunidense, visto que isso poderia levá-lo a uma aproximação

¹ *There have been repeated national security cases during the past year in which the STF and the Supreme Military Tribunal (STM) have demonstrated a relatively more lenient attitude towards the defendants than the lower courts which are more subject to the local pressures of the anti-terrorist effort.* (CONHECIDO..., 1971).

inconveniente com o bloco socialista e poderia atrapalhar os planos de um apoio incondicional na América Latina em seus esforços para sufocar por diferentes meios o governo de Fidel Castro em Cuba. Sendo assim, o apoio ao golpe não pode ser visto com qualquer surpresa e o general Castelo Branco sobe ao poder como o ditador ideal para os Estados Unidos, visto que se colocava como “muito pró-americano e anticomunista, disposto a seguir fielmente a liderança estadunidense nos foros internacionais” (MOTTA, 2021, p. 84).

Para tanto, foi fundamental manter um manto legal democrático em torno de algumas instituições consideradas fundamentais para a caracterização democrática de um país ocidental situado na órbita norte-americana. Neste caso, a legitimação foi obtida pela forma como o regime manteve relações com o judiciário, particularmente o STF. Desde as primeiras horas do golpe, os representantes máximos do judiciário acompanharam e deram garantias de legalidade ao golpe. No sentido de manter uma república “liberal”, a manutenção do funcionamento do STF era fundamental. Assegurar o funcionamento de um tribunal superior foi necessário nos primeiros anos da ditadura para assegurar o respaldo do governo dos EUA. Tal característica da ditadura brasileira favorecia certa ambiguidade e um “indefinição política” a respeito de seus mecanismos autocráticos e autoritários, o que era fundamental em âmbito interno, mas também no contexto internacional (LIMA, 2018, p. 164). A relação com o governo norte-americano contribuía no esforço de manter credenciais formalmente democráticas.

Nenhum dos ministros do STF na época se declarou contrário ao golpe, o que representa uma aceitação deste e do ato institucional que veio em seguida. Com relação à posição da corte suprema quanto ao golpe, destaca-se que seu presidente, Ribeiro da Costa, foi à posse de Ranieri Mazzilli na noite de 2 de abril, quando João Goulart ainda estava no Brasil, dando apoio à situação estabelecida. O judiciário nacional continuou funcionando ao longo do período em que agentes da ditadura praticavam crimes de tortura, sequestros, desaparecimentos e isso parecia não incomodar os membros desse poder de Estado. Note-se que as leis da ditadura, mesmo que facilitando a ocorrência de tais crimes, como no caso do fim do habeas corpus nos crimes contra a segurança nacional instituído pelo AI-5, não os autorizava, sendo sua prática vedada em lei, inclusive tipificada nos Códigos Penal e Penal Militar, além de nas legislações esparsas.

Do ponto de vista norte-americano, o comprometimento de uma instituição como o judiciário na legalização do regime era interpretado sob as lentes do imaginário anticomunista, configurando uma relação de oposição entre “nós”, os democratas, e os “outros”, os comunistas (RODEGHERO, 2007, p. 21-22). Em suas diferentes acepções e práticas, seja como propaganda política, prédica religiosa ou instrumento geopolítico, o anticomunismo era parte fundamental dos códigos de leitura e de interpretação do processo político brasileiro manejados pelos funcionários da embaixada norte-americana. Dentre as funções atribuídas a diferentes indivíduos e instâncias da embaixada no Brasil, estava a estrita atenção, o registro e a transmissão de informações a respeito de mobilizações ou expressões que evidenciassem qualquer risco de que estivesse em circulação e ampliação no país algum agrupamento considerado comunista.

Naquela altura, corresponder às expectativas e aos pontos de vista predominantes no governo dos Estados Unidos era relevante para a inserção internacional do regime brasileiro, dado o papel exercido pelos norte-americanos em âmbito mundial. É significativo que, mesmo que os EUA soubessem das violências perpetradas pelo governo contra seus opositores, a manutenção de relações sólidas entre os dois países era fundamental para que a ditadura mantivesse certo controle sobre as fontes de informação que circulavam em âmbito internacional, garantindo sua reputação (FICO, 2008, p. 239).

Entretanto, acentue-se que é pouco comum destacar o papel atribuído ao STF na construção de argumentos que legitimavam o regime autoritário brasileiro em sua inserção internacional. Apesar de ser um poder de Estado, sua discrição e o elitismo de sua composição e práticas, muitas vezes o fazem passar despercebido nesse debate. Todavia, cabe assinalar que muito do que pôde fazer a ditadura se deveu à fidelidade majoritária do STF, respaldando o caráter pretensamente legalista dos militares. Situadas entre a perspectiva de uma “democracia relativa”, tal como seria definida por Geisel (CODATO, 2005), e um “autoritarismo instrumental”, considerado necessário sob certas condições e temporalmente limitado (CARVALHO, 1991), as estruturas judiciárias brasileiras davam guarida à autoimagem de um regime que se recusava a ser chamado, interna e externamente, pelo seu nome próprio: ditadura.

Essa zona ambígua em que se situava o regime também favorecia as indefinições necessárias ao linguajar de funcionários da embaixada norte-americana. Os agentes

diplomáticos acreditavam na necessidade de um Judiciário e um Executivo atuantes no combate ao comunismo, ultrapassando impedimentos legais, dado que mais importantes seriam as prisões e os expurgos dos chamados “subversivos”. Frise-se que, muitas vezes, os funcionários norte-americanos chegavam mesmo a considerar as autoridades brasileiras pouco eficazes, demandando ações de maior vulto (MOTTA, 2014, p. 124).

Agentes norte-americanos respaldavam sua desídia em condenar os atos repressivos da ditadura brasileira na existência processos judiciais pretensamente legais. Os documentos produzidos pela embaixada podem ser tomados como constituintes de um discurso político. Os agentes públicos estadunidenses analisavam os passos que o governo militar deveria dar tanto na manutenção de um simulacro de democracia liberal quanto nas iniciativas repressivas, sem quaisquer garantias constitucionais, contra subversivos que estariam tentando instalar o comunismo no Brasil.

Assim, entre as décadas de 1960 e 1970, o governo estadunidense, por meio de seus agentes diplomáticos, foi veemente na ideia de que os subversivos deveriam ser punidos, daí a importância que havia na existência de um judiciário estruturado para julgamento de crimes contra a segurança nacional, porém criticando-os quando esses eram excessivamente brandos. Interessava aos norte-americanos a manutenção de uma institucionalidade que assegurasse aparências democráticas pautadas em seus interesses geopolíticos. Os desdobramentos do AI-5 e a frequência de denúncias de violações provocaram debates na Casa Branca sobre a continuação do apoio dos Estados Unidos da América à ditadura brasileira. Todavia, o governo de Richard Nixon decide manter o apoio, consagrado na visita oficial que o ditador Médici fez aos Estados Unidos em 1971. Na ocasião, o presidente norte-americano destacou a importância da ditadura brasileira: “nós sabemos que, para onde o Brasil for, também irá o resto do continente latino-americano”. Em um contexto em que a presença de um governo como o de Salvador Allende, no Chile, com seu socialismo democrático, inspirava esperanças das esquerdas no continente, o apoio ao regime brasileiro era de suma importância para os interesses dos Estados Unidos, incluindo a ajuda econômica (FICO, 2008, p. 247).

Uma janela para a democracia

A janela democrática aberta em Portugal com a Revolução dos Cravos, em abril de 1974, foi aproveitada por muitos exilados brasileiros após os golpes militares em diferentes países sul-americanos, sendo o mais doloroso o ocorrido no Chile apenas alguns meses antes. O país ibérico passou a ser um último refúgio (FREIRE, 2010) exatamente quando o cerco de ditaduras militares na América do Sul se fechara quase por completo com o apoio mais ou menos direto dos Estados Unidos. Enquanto a porta para a democracia parecia fechar-se sob o patrocínio norte-americano, uma janela para o exercício da liberdade abria-se do outro lado do Atlântico.

Portugal vivera sob uma longa ditadura corporativista e com tons fascistas, a qual em seus últimos anos cultivava o suporte norte-americano. Era um “aliado perfeito” da Casa Branca, pois “dócil, dependente e sem ter mais a quem recorrer”. O regime conduzido por Marcelo Caetano vivia os estertores de uma guerra de libertação de suas colônias, o que foi decisivo para o fim do último império colonial europeu. Seu isolamento internacional era nítido, tendo sido mitigado quando os norte-americanos passaram a utilizar com frequência a base militar da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) nos Açores em seu esforço para apoiar Israel durante a guerra do Yom Kippur, em 1973 (MAXWELL, 2006, p. 101).

Da ditadura brasileira o regime português também podia contar com relações protocolares de apoio, como foi o caso da celebração dos 150 anos de independência do Brasil, em 1972. Uma grande festa foi organizada e o próprio Marcelo Caetano atravessou o Atlântico para trasladar os restos mortais de Dom Pedro I. Além disso, um torneio de seleções de futebol serviu como peça de propaganda das duas ditaduras, terminando a partida final entre os times do Brasil e de Portugal (CORDEIRO, 2015, p. 63).

Não por acaso, a surpreendente mudança política lusitana contou inicialmente no Brasil com intérpretes conservadores. Um dos primeiros e mais importantes foi Carlos Lacerda, notório apoiador do golpe de 1964, sendo um frequente interlocutor da embaixada dos Estados Unidos. Dez anos depois, Lacerda voltou às páginas dos jornais como emissor privilegiado do general António Spínola, a quem coube comandar inicialmente a nova situação portuguesa. Foi por meio de sua editora, a Nova Fronteira, que circulou no Brasil a edição do livro *Portugal e o Futuro*, de autoria de Spínola. Lacerda teria sido mais do que um editor, talvez um inspirador de ideias como a necessidade de “comunidade luso-afro-brasileira”

(LACERDA, 1974), o que evocava formulações construídas por Gilberto Freyre em torno de um certo projeto “lusotropicalista” (SCHNEIDER, 2012).

Assim, a revolução portuguesa não deixou de gerar desconfianças, por ter sido conduzida por militares que pareciam reproduzir um golpe ao estilo latino-americano e sob uma liderança que dialogava com um golpista brasileiro. Mas, em pouco tempo os sinais se inverteram. O movimento português não se limitou a uma quartelada sucedida por uma estabilização em torno de um general indisposto com os caminhos da descolonização. O breve governo do militar amigo de Carlos Lacerda terminou em setembro de 1974 e o processo político português foi empurrado “decisivamente para a esquerda” (MAXWELL, 2006, p. 117). Isso pôs o país ibérico no centro de conflagrações internacionais, envolvendo a guerra fria, a consagração de movimentos de libertação nacional e as lutas pela democratização.

Como aponta Maria Inácia Rezola (2007, p. 17), num mundo impactado pela crise do petróleo e dividido pela guerra fria, “negando todas as previsões e modelos de intervenção dos militares nos processos de transição e mudança política, os Capitães de Abril apresentaram um programa democratizador, onde está prevista a constituição de um governo civil e a realização de eleições livres”. A janela política aberta em Portugal abriu um “período de libertação” em que pulsões libertárias promoveram a construção de novos paradigmas de liberdade e de democracia, os quais não mais cabiam na fachada criada pela ditadura brasileira. Cláudio de Farias Augusto (2011, p. 26-27) sugere que rapidamente o território português converteu-se em espaço de lutas para um “exercício da liberdade” com caráter revolucionário, o que seria seguido pela elaboração de novas estruturas institucionais que terminariam por conduzir a uma transição política moderada. Ao longo do processo, é possível apontar que a ideia e a prática da democracia puderam ser percebidas em novas bases tanto por portugueses como por interlocutores internacionais.

Experimentando a junção entre a libertação social e exercício da liberdade, encontraram-se em Portugal diferentes organizações de esquerda brasileiras, que iam desde o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, a Ação Libertadora Nacional e a Vanguarda Popular Revolucionária. Não era mais Carlos Lacerda que conectava Brasil e Portugal com sonhos passadistas. Com o passar dos anos, também setores socialdemocratas e liberais fizeram circular por meio da janela portuguesa seus pontos de vista e suas projeções futuras acerca de uma democratização no Brasil, ganhando proeminência. Tinha-se em vista

transformar a distensão anunciada pelo regime em uma transição efetivamente democrática. O trabalho de denúncia da ditadura brasileira no exterior e de articulação oposicionista logo se desdobrou em novas frentes de debates em que a questão das liberdades democráticas e o movimento pela anistia aos refugiados ganhou proeminência (PEZZONIA, 2017, p. 223-230).

Portugal abriu uma janela para possibilidades futuras: um experimento democrático que ampliava os horizontes restritos das medidas meramente formais e institucionais de distensão e abertura anunciadas pelo regime e respaldadas pelos Estados Unidos. Quando da ocasião da revolução, esta foi anunciada por importantes veículos brasileiros como um “vento democrático” que soprava desde Lisboa (REGO, 1974). A metáfora com o vento a soprar novas ideias e perspectivas para o Brasil continuou a ser explorada ao longo do tempo. E não era para menos. O vento forçou a abertura da janela mantida fechada pela ditadura salazarista. Entre 1974 e 1975 o processo revolucionário aprofundou-se e apontou para soluções radicais. Nessa época, um general brasileiro usou o exemplo português para defender a conveniência do desmonte da ditadura pela negociação, o que configuraria uma “saída conservadora” para evitar que o regime caísse por “métodos revolucionários” (LEMOS, 2018, p. 174).

A revolução portuguesa situou por alguns anos aquele país como um dos pontos nodais de articulações políticas internacionais naquele momento histórico. Periódicos portugueses são uma importante fonte para a identificação de agentes e forças políticas que demonstram a influência da revolução portuguesa na constituição de novos paradigmas em torno da luta pela democratização no Brasil, com a circulação internacional de ideias e posicionamentos políticos no contexto da década de 1970. Mais especificamente: ativistas do Brasil, constituídos em uma rede transnacional de jornalistas e militantes, escreveram em jornais portugueses no período em apreço, tornando a imprensa daquele país um importante indício de articulações internacionais que fugiam aos controles diplomáticos e ampliavam o descrédito da ditadura brasileira, perfurando sua fachada de legalidade democrática. Como mencionado anteriormente, os periódicos consultados para o presente estudo, *Expresso*, *Diário de Lisboa*, *O Diário*, *Página Um*, *Voz do Povo*, *A Capital* e *O Tempo*, possibilitaram a expressão de um ativismo político em âmbito internacional a algumas organizações e personagens políticos brasileiros.

Na forma de artigos e diferentes manifestações na imprensa, apresentados a seguir, figuras como Miguel Arraes, Leonel Brizola e Neiva Moreira, ultrapassaram suas condições de

políticos nacionais e ampliaram seu escopo de ação coletiva transnacional. Além destes, cabe considerar militantes e grupos engajados em formações políticas clandestinas, igualmente engajados na forma de ativistas além-fronteiras, como os casos de Miguel Urbano Rodrigues, Diógenes Arruda Câmara, Alfredo Sirkis ou Hermano Alves, entre outros. Embora expressassem posições políticas muito distintas, sua presença na imprensa portuguesa do período evidencia a formação de uma prática comum de ativismo transnacional. Neste caso, como aponta Tarrow (2009, p. 78), imprensa, associações e coalizões “constroem estruturas conectivas entre um número maior de pessoas e possibilitam a difusão dos movimentos para novos públicos”. A circulação de novas formas de contestação à ditadura em um cenário internacional possibilitou escapar dos controles do regime e de sua tentativa de conter as possibilidades de distensão política em um âmbito nacional e formal.

Muito atuantes na denúncia da ditadura brasileira em Portugal foram os agrupamentos e lideranças influenciados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), envolvido em debates em torno do chamado eurocomunismo e os confrontos internos com o líder histórico Luiz Carlos Prestes. Isso significava que não se tratava apenas de denunciar a ditadura, mas de discutir amplamente as possibilidades de uma saída democrática para o Brasil, tomando por base o contexto internacional. Os renovadores procuravam uma independência em relação às estratégias internacionais da União Soviética e uma aproximação com os comunistas ocidentais, que conseguiam êxitos eleitorais e a participação institucional em países como a Itália e a França, passava a gerar tensões internas. Mas, em Portugal, as posições dos comunistas locais favoreciam os ortodoxos e suas críticas à social-democracia. Tais discussões repercutiam na atuação do partido junto ao MDB, com vistas a derrotar a ditadura pela defesa da unidade das oposições em torno da sigla oposicionista legalizada, reunindo um possível movimento de massas e a atuação institucional e parlamentar. O exílio europeu favorecia discussões entre os comunistas em torno de “liberdades democráticas”, as quais encontraram em Portugal diferentes pontos de discórdia, pois Prestes defendia que as tratativas políticas deveriam limitar-se aos setores de esquerda e “revolucionários” (NAPOLITANO, 2014).

O acesso a jornais e semanários e o próprio contexto político português de então favoreceram que o Brasil e sua ditadura passassem a ser abordados com certa frequência mesmo na grande imprensa portuguesa, sem contar os periódicos de organizações políticas.

Isso se intensificou a partir de 1976, quando a esquerda portuguesa, afastada do controle dos principais diários que haviam sido nacionalizados dois anos antes, passou a fazer circular novos títulos, sendo um dos mais importantes o jornal *O Diário*, do Partido Comunista Português e dirigido por Miguel Urbano Rodrigues, que tinha vínculos sólidos no Brasil, onde inclusive militou na resistência à ditadura e atuou como jornalista de *O Estado de S. Paulo* e do *Portugal Democrático*. Nas páginas do periódico é possível perceber que comunistas portugueses e brasileiros eram críticos das negociações políticas em curso, considerando que a ditadura brasileira nada mais era do que uma “colônia dos Estados Unidos” (REGISTRO..., 1976). Assim, negociações em torno da distensão anunciada pela ditadura estariam sendo conduzidas por uma “uma corrente conciliadora com o imperialismo” (OS PERIGOS..., 1976).

Outro título em que atuaram brasileiros foi *Página Um*, de uma organização de extrema-esquerda, o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), e no qual, entre outros, Alfredo Sirkis desenvolveu intensa atividade jornalística. As organizações que se reivindicavam revolucionárias em Portugal não arrefeceram sua atuação após o amplo predomínio dos setores socialdemocratas a partir de 1976. Em seu primeiro número, *Página Um* informou sobre ações de solidariedade e de crítica à ditadura brasileira em Lisboa. Como articulador de tais movimentações esteve o Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil, que denunciava a prática da tortura pela ditadura militar brasileira em 1976. O Comitê era encabeçado publicamente por portugueses que tinham vínculos com partidos políticos e exilados brasileiros (FREIRE, 2010).

A ditadura brasileira atribuiu importância significativa às trocas, conexões e interações políticas que tiveram lugar em Portugal a partir de 1974. Foi produzido um extenso conjunto de investigações sistematizadas pelo SNI a partir do chamado Centro de Informações do Exterior (CIEX), que atuava no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e teve intensa atividade na Embaixada do Brasil em Lisboa entre 1974 e 1978, então sob o comando do General Carlos Alberto da Fontoura (PENNA FILHO, 2009). O CIEX mantinha “o governo atualizado sobre os passos de brasileiros no exterior” (SAMWAYS, 2020). Apenas no biênio de 1976 e 1977, dos cerca 800 relatórios produzidos pelo órgão e disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), mais da metade referem-se a Portugal.

Uma preocupação do CIEX em Portugal era o que foi classificado como uma “Frente de Imprensa” que estaria em plena ação junto à imprensa portuguesa na articulação de

denúncias contra a ditadura. A embaixada brasileira preocupava-se com o importante espaço adquirido na imprensa portuguesa pelas forças oposicionistas à ditadura e seus apoiadores locais. Em um relatório datado de agosto de 1976, o centro afirmava ter obtido informação de que no jornal *Página Um* trabalhavam “vários refugiados brasileiros”, passando a publicação a ser alvo de constante escrutínio por parte dos agentes do regime em Lisboa (CIEX, 19 ago. 1976). O mesmo jornal sob vigilância relatou um encontro fortuito com um funcionário da embaixada brasileira em Lisboa, em 1976, que teria feito questão de dizer que os textos publicados não seriam “nada simpáticos para a embaixada”. Ao ser indagado do motivo, teria respondido: “bem, não é para a embaixada, é para o nosso país. Nós somos muito sensíveis às coisas que se escrevem contra nós” (FOGO..., 1976).

O CIEX esteve particularmente interessado no que publicava o periódico comunista *O Diário*. Em diversos relatórios há menções diretas a matérias ou a integrantes do jornal, evidenciando uma preocupação da ditadura brasileira com o ativismo transnacional de diferentes setores oposicionistas. O órgão do SNI estava atento à presença de brasileiros entre os colaboradores frequentes do jornal, os quais divulgariam informações oriundas de um “Comitê de Imprensa e Propaganda do PCB’ em Lisboa”, que seria chefiado por “José Guimarães Neiva Moreira”, e que contaria com a colaboração de “elementos filiados ao Partido Comunista Português que atuam na imprensa portuguesa”, sendo o caso mais notório o de Miguel Urbano Rodrigues, o próprio diretor do jornal investigado. Em Lisboa estaria circulando um documento acerca do que seria uma “plataforma comum de todas as forças antifascistas e patrióticas”, pretensamente dispostas a combater a ditadura brasileira e sua política de “traição nacional” (CIEX, 2 abr. 1976).

Outro jornal que os agentes consideravam atuar nessa mesma linha seria o *Diário de Lisboa*, sob a responsabilidade de Fernando Piteira Santos, jornalista português com intensos contatos com muitos brasileiros, entre os quais o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes. Entre os colaboradores de *O Diário* e do *Diário de Lisboa* estavam alguns brasileiros que despertaram a atenção do CIEX. Foi o caso de um artigo sobre a ditadura do Chile que teria sido escrito pelo brasileiro Almir Dutton Ferreira. O agente da ditadura considerou que a matéria buscava “dividir as Forças Armadas”, além de atacar “a imagem política” do regime chileno (CIEX, 6 abr. 1976). Entre brasileiros com atuação na imprensa portuguesa estavam Fernando Leite Perrone e Márcio Moreira Alves, que estiveram entre os responsáveis pela

circulação de um periódico chamado Amnistia, produzido pelo mencionado Comitê Pró-Amnistia em Lisboa. Este seria, segundo os agentes da ditadura, um veículo com o “objetivo de denegrir (sic) a imagem do Brasil no exterior” e, além disso, o que tornaria sua existência ainda mais suspeita, seria impresso na mesma oficina gráfica de O Diário, o “órgão oficioso do Partido Comunista Português” (CIEX, 12 abr. 1976).

É útil compreender a relevância que os agentes repressivos atribuíam à vigilância da imprensa portuguesa. A ditadura percebia os delineamentos de discussões e exercícios da democracia que reorganizavam as perspectivas em torno das negociações políticas que tinham por alvo o Brasil em âmbito internacional. Circulavam informações e debates que davam respaldo a diferentes setores das oposições brasileiras à ditadura, constituindo um ativismo que ultrapassava os controles nacionais. A presença brasileira na imprensa de Portugal no período na segunda metade da década de 1970 indica que este país pode ser visto como um importante ponto de observação das movimentações então em andamento e que promoviam uma interação entre os cenários nacional e internacional das disputas políticas no Brasil.

Diferentes frentes políticas interagiram com o processo político português, estabelecendo debates que repercutiram na reorganização político-partidária no Brasil ao longo do processo de transição. Após novembro de 1975, contudo, o arranjo de forças que predominou em Portugal favoreceu a estabilidade constitucional e a afirmação de um sistema partidário baseado no pluralismo e na competição eleitoral. Neste processo, organizações partidárias socialistas e socialdemocratas buscaram um outro tipo de protagonismo internacional, projetando-se como forças confiáveis para levar o país lusitano a ingressar na Comunidade Europeia (PAÇO, 2012).

Ganharam então proeminência as forças situadas no âmbito do chamado “socialismo democrático”, campo político que envolvia a socialdemocracia europeia por meio da organização Internacional Socialista, e sua influência sobre trabalhistas, socialistas, liberais e socialdemocratas brasileiros. Entre os brasileiros que atuaram com destaque em Portugal neste âmbito político, cabe destacar Hermano Alves, cassado pelo regime após o AI-5. Ocupando espaço em um importante órgão da imprensa portuguesa, o semanário Expresso, Hermano Alves publicou textos em que se evidencia a construção de vínculos com o Partido Socialista e com setores moderados da oposição brasileira.

A atuação de Hermano Alves evidencia as conexões internacionais de setores oposicionistas brasileiros afeitos à socialdemocracia europeia e que encontravam em Portugal um ponto de articulação. Em matéria de 1975, tratou do “papel essencial” do ex-chanceler alemão Willy Brandt no “processo político de Portugal”, a partir de seus contatos com os Estados Unidos e a própria União Soviética para afastar o país ibérico de qualquer experiência revolucionária radical, garantindo que “Lisboa em 1975 não seria Petrogrado em 1917” (ALVES, 1975). Os socialdemocratas alemães haviam sido patrocinadores da reorganização partidária dos socialistas portugueses então no exílio (REIS, 2005, p. 51-66) e buscavam diálogos com lideranças latino-americanas. Um dos marcos desta conexão socialdemocrata ocorreu em 1976, a partir de uma reunião de dirigentes da Internacional Socialista da Europa e da América Latina ocorrida em Caracas, o que envolvia discussões sobre a reorganização da oposição brasileira e as alternativas ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição formalmente legalizado pelo regime.

Em 1977, Alves foi entrevistado por outro jornal português, O Tempo, quando mencionou a “tremenda influência no Brasil” exercida pela revolução portuguesa e pelas posturas de Mário Soares ao impedir as tensões que teriam sido perpetradas pelo extremismo político. O PS de Mário Soares teria conduzido Portugal à estabilidade em meio aos conflitos da transição política, prestando “um serviço histórico que só as gerações posteriores saberão julgar em profundidade” (OPINIÕES..., 1976).

Em dezembro de 1976 foi anunciada a morte de João Goulart. Quando do anúncio deste fato em Portugal, o semanário Expresso revelou que o ex-presidente brasileiro estivera em Lisboa no mês de setembro, incógnito, quando movimentou-se “na órbita da Internacional Socialista, com Mário Soares a servir de padrinho junto dos alemães” (CARVALHO, 1976). Contudo, os debates em torno da transição política brasileira não eram lineares e os embates de perspectivas eram frequentes. Um mês depois da morte de Goulart, em uma entrevista concedida ao diário A Capital, em 11 de janeiro de 1977, Miguel Arraes manifestou sua contrariedade à aproximação da oposição brasileira à Internacional Socialista, ao afirmar que “a socialdemocracia europeia não pode ser transplantada para o Brasil”. Apontava ainda que a criação de um partido que se chamasse socialista poderia servir para o regime “sair das dificuldades políticas em que se encontra” na composição de uma “máscara de democracia”.

Mais importante seria a luta pela independência nacional e a sugestão de que os interesses do chamado Terceiro Mundo diferiam daqueles dos países centrais (MIGUEL..., 1977).

Arraes situava a transição brasileira em outro tipo de conexões e de ativismo político, contrapondo-se à socialdemocracia europeia. Um de seus interlocutores portugueses era o mencionado Fernando Piteira Santos. Em um evento de solidariedade aos opositores brasileiros à ditadura, noticiado por Página Um, Santos afirmou que a luta pela redemocratização do Brasil envolvia um processo semelhante ao que se passava “em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau” (ACTO..., 1976). Manifestações como esta evidenciam que em Portugal houve espaço para um tipo de interlocução internacional dos oponentes à ditadura brasileira que ampliava horizontes e perspectivas democráticas, com a junção entre libertação nacional e liberdade. As discussões sobre o chamado “terceiro mundo” e os países não-alinhados faziam as questões políticas brasileiras ganharem dimensão em um espectro de relações internacionais Sul-Sul (VISENTINI, 2014) e conectavam brasileiros que haviam buscado o exílio ou contatos em países que não estavam na órbita do centro capitalista, como foi o caso do ex-deputado e jornalista Neiva Moreira. Este viria a ser um dos responsáveis pela revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, inicialmente lançada em Portugal no ano de 1978 (BISSIO, 2015).

No período que se seguiu ao arrefecimento da revolução portuguesa, cabe mencionar o semanário *Voz do Povo*, que veiculava os posicionamentos da União Democrática Popular (UDP). Esta organização conseguiu eleger um deputado para o parlamento português em 1976, Acácio Barreiros. Tal organização contou com a importante atuação de um brasileiro, como aponta Pezzonia (2017, p. 197-201): Diógenes Arruda Câmara, dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), mas igualmente influente na UDP e no Partido Comunista Português – Reconstruído (PCP-R). A presença de discussões sobre o processo político brasileiro no periódico português foi marcante: informações e denúncias acerca das violações a direitos humanos e críticas à ditadura brasileira foram divulgadas e debatidas. Um informe do CIEX de meados de 1977 referia-se a matérias publicadas em março em *Voz do Povo* que, segundo o agente brasileiro, “denigrem (sic) a imagem brasileira em Portugal” (CIEX, 6 jul. 1977).

A transnacionalidade desse tipo de prática política ficou expresso na própria atuação de Arruda Câmara, conhecido entre os portugueses como o “camarada Vinhas”, que

conseguiu atuar politicamente em um âmbito que extrapolava as fronteiras nacionais, reunindo posicionamentos maoístas e a aproximação com o regime político da Albânia então defendidas pela organização brasileira e suas congêneres portuguesas. Nas semanas seguintes à chamada chacina da Lapa, ocasião em que dirigentes do Pcdob foram assassinados pela repressão política no Brasil, em dezembro de 1976, Voz do Povo publicou a primeira página de A Classe Operária, órgão do partido brasileiro. Os companheiros portugueses de Diógenes Arruda Câmara organizaram ainda uma “exposição de solidariedade e apoio aos antifascistas presos no Brasil”. Entre Lisboa e Paris, diferentes mobilizações em favor dos presos políticos comunistas levantavam a temática dos direitos humanos como parte central de qualquer discussão sobre a democratização do Brasil (TÃO...).

Portanto, as alternativas disponíveis à oposição brasileira sofreram inflexões e receberam influências das conexões internacionais disponíveis. Sabe-se que tais discussões seriam importantes na articulação internacional do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, efetuadas em Portugal. Recebido em Lisboa em 1978, Brizola assumiu uma postura moderada, atitude que era incentivada pela liderança do então Primeiro-Ministro português Mário Soares, cioso por manter relações estáveis com o Brasil (MARQUES; GONÇALVES, 2016). No mesmo ano, o jornal comunista O Diário publicou um artigo de um dirigente do PCB em passagem por Lisboa que defendeu um consenso e um “programa comum” para a oposição à ditadura, centrado na perspectiva de uma “constituente, como expressão mais abrangente das lutas pelas liberdades democráticas” (REIS, 1978). Propugnava-se a construção de uma nova institucionalidade, compreendendo novos paradigmas democráticos.

As discussões sobre a transição política iniciada no Brasil na segunda metade da década de 1970 envolveram a circulação internacional de perspectivas democráticas e de exercício da liberdade que vieram a romper a fachada institucional construída pela ditadura desde 1964 e amparada por seu alinhamento com os Estados Unidos. Portugal, após o 25 de Abril de 1974, constituiu-se como um importante ponto de observação das movimentações e ativismos políticos que promoviam uma interação entre os cenários nacional e internacional das disputas em torno da democratização do Brasil.

Para além das fronteiras nacionais

No mesmo período em que Jimmy Carter vencia as eleições nos Estados Unidos e tomava posse, alçando “o tema dos direitos humanos ao âmago de sua política externa” (RORIZ, 2021), estavam em andamento entre portugueses e brasileiros diferentes debates e discussões que virtualizavam o exercício da democracia. A circulação de ideias e agentes sociais para além das fronteiras nacionais é uma das dimensões da reorganização política no interior do país, compreendendo disputas em torno das alternativas no âmbito da questão democrática e de suas possibilidades no contexto brasileiro. Constituiu-se um ativismo político transnacional em torno da democratização brasileira que articulou diferentes posicionamento e transformou as oportunidades para a ação política.

Investigar as conexões internacionais que envolveram as lutas e negociações em torno da transição política no Brasil suscita aproximações com abordagens historiográficas que visam relativizar a fragmentação e o isolamento dos processos históricos delimitados pelas fronteiras nacionais, tal como sugere Sebastian Conrad (2016). As conexões e a circulação de ideias contribuíram para internacionalizar as disputas políticas internas em meados dos anos de 1970. O tema dos Direitos Humanos, em particular, ganhou dimensão política central, como no caso da atuação de exilados brasileiros no Tribunal Internacional Bertrand Russell entre 1974 e 1975 (FERREIRA, 2016). Em Portugal, como demonstrado, redes de ativistas transnacionais foram formadas em torno de partidos e grupos organizados, com vistas a denunciar as condições dos presos políticos brasileiros, o que ganhou particular importância durante a visita de Ernesto Geisel à Europa em 1976. Além disso, o exercício da liberdade ampliou demandas e possibilidades de construção democrática.

Até o início da década de 1970, as denúncias de tortura no Brasil impressionavam, mas não abalavam a ditadura. A fachada de institucionalidade parecia suficiente para assegurar relações estáveis com os Estados Unidos, sendo que a este país interessavam as questões econômicas e a manutenção de um ambiente “seguro” no Brasil e no resto da América do Sul. A postura pragmática norte-americana favorecia que qualquer acusação de restrição de direitos individuais fosse tomada como um excesso necessário na luta da democracia contra o comunismo. O manto de legalidade construído pela ditadura era respaldado pelo judiciário, o que parecia bastar para evitar constrangimentos internacionais à Casa Branca.

Processos como a revolução portuguesa modificaram o quadro internacional e possibilitaram ampliar os horizontes democráticos, rompendo o simulacro institucional do

regime brasileiro. Abriram-se oportunidades para desafiar a ditadura tendo em vista construir uma possível e incerta transição democrática. Como aponta Guy Hermet (2001) as transições podem ser caracterizadas como “um espaço de tempo inscrito entre regimes políticos de tipos diferentes”, daí que uma transição política não seja necessariamente uma transição “democrática”. Entre Washington e Lisboa, a transição brasileira passou por diferentes caminhos e possibilidades, superando os estritos limites institucionais impostos pelo regime. Assim, tornar o processo de transição brasileiro em uma efetiva democratização envolveu confrontar a ditadura em âmbito internacional. As conexões e os ativismos construídos em Portugal na sequência da Revolução dos Cravos tiveram papel histórico destacado nesse processo, contribuindo para moldar nosso tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

ACTO contra a tortura no Brasil. *Página Um*. Lisboa, ano 1, n. 1, p. 4, 5 jun. 1976. ALVES, Hermano. O papel de Willy Brandt na revolução portuguesa. *Expresso*, Lisboa, n. 158, p. 11, 10 dez. 1975.

CARVALHO, Augusto de. João Goulart esteve em Lisboa com o Expresso. *Expresso*. Lisboa, n. 215, p. 12, 10 dez. 1976.

CIEX. Portugal. ‘A Classe Operária’. ‘Voz do Povo’. Informe No. 268/1977, f. 1 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 6 jul. 1976.

CIEX. Portugal. Atividades do ‘Comitê Pró-Anistia Geral no Brasil (CPAGB)’. Jornal ‘Amnistia’. Pe. José Felicidade Alves. Informe No. 117/1976, f. 1 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 12 abr. 1976.

CIEX. Portugal. Frente de imprensa. Ataques ao governo chileno. Asilados brasileiros. Almir Dutton Ferreira. Wilson Sader (ou Sander). ‘MIR’. Informe No. 113/1976, f. 1 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 6 abr. 1976.

CIEX. Portugal. Frente de imprensa. Documento do ‘PCB’. ‘PCP’. José Guimarães Neiva Moreira. Informe No. 089/1976, f. 1 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 2 abr. 1976.

CIEX. Portugal. Frente de imprensa. ‘Página Um’. Refugiados brasileiros. Informe No. 271/1976, f. 1 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 19 ago. 1976.

CONHECIDO Intelectual liberado. RG: 59: 699-700, Caixa 2133, pasta 10. Nara II, 1971. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1Y2c3MGAtIOyi9Dv_9ou1RHEaZPDxnxnD>. Acesso em: 02 set. 2023.

FOGO na embaixada do Brasil. *Página Um*. Lisboa, p. 16, 11 set. 1976.

GÓES, Walder de. *Revolução em Portugal*. Brasília: UnB, 2007.

IMPORTANTE decisão do Supremo Tribunal Federal mantém Atos Institucionais. RG: 59: 56-59, Caixa 1907, pasta 2. Nara II, 1968. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1aUmhuJrnqvNv8ka3xwRm0_83UtINLIJD>. Acesso em: 15 ago. 2023.

LACERDA, Carlos. Ao Leitor. In: SPÍNOLA, António de. *Portugal e o futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 5-12, 1974.

MIGUEL Arraes fala a 'A Capital'. *A Capital*. Lisboa, n. 3.020, p. 12, 11 jan. 1977.

OPINIÕES dos jornalistas estrangeiros. *Tempo*. Lisboa, n. 49, p. 14, 29 abr. 1976.

OS PERIGOS do fascínio da social-democracia. *O Diário*. Lisboa, ano 1, n. 277, p. 14, 7 dez. 1976.

REGISTRO: que Brasil é esse? *O Diário*. Lisboa, ano 1, n. 10, p. 1, 21 jan. 1976.

REGO, Victor da Cunha. Em Lisboa, 'sopra vento democrático'. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, n. 16.383, p. A1, 27 abril 1974.

REIS, Hércules Corrêa dos. Militares e regime em tempo de mudança. *O Diário (suplemento internacional)*, Lisboa, n. 653, p. 4-5, 7 mar. 1978.

TÃO verdade como dois e dois serem quatro, podemos afirmar que a vida vale a pena ser vivida; mas logo que o pão falta, aumenta a sede de liberdade. *Voz do Povo*, Lisboa, ano 3, n. 137, p. 5, 3 mar. 1977.

BIBLIOGRAFIA

AUGUSTO, Claudio de Farias. *A revolução portuguesa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BISSIO, Beatriz. Bandung, não alinhados e mídia: o papel da revista Cadernos do Terceiro Mundo no diálogo Sul-Sul. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*. Porto Alegre, v. 4, n. 8, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n.7, p. 82-99, 1991.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 25, p. 83-106, 2005.

CONRAD, Sebastian. *What is global history*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O Tribunal Russell II e a voz da resistência à ditadura militar no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. Bauru, v. 4, n. 2, p. 93-110, 2016.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). *História, histórias*. Brasília, v. 9, n. 17, p. 8-57, 2021.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo - o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FREIRE, Américo. Ecos da estação Lisboa: o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa, n. 64, p. 37-57, 2010.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 175-196, 2001.

HERMET, Guy. As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu. In: ABREU, Alzira Alves de. (Org.) *Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.13-43, 2001.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LIMA, Danilo Pereira. *Legalidade e autoritarismo: o papel dos juristas na consolidação da Ditadura Militar de 1964*. 2018. 285 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. O exílio e as transformações de repertórios de ação coletiva: a esquerda brasileira no Chile e na França (1968-1978). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, p. 239-279, 2017.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 399-416, 2016.

MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revisitada: unidade ou desunião? In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, p. 125-140, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 28, n. 80, p. 41-58, 2014.

PAÇO, António Simões do. A 'Europa Connosco': os trabalhistas ingleses e o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. *Diálogos*. Maringá, v. 16, n. 2, p. 525-546, 2012.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIE) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 52, n. 2, p. 43-62, 2009.

PEZZONIA, Rodrigo. *Exílio em português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982)*. 2017. 300 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REIS, António. O Partido Socialista na revolução: da via portuguesa para o socialismo em liberdade à defesa da democracia pluralista. In: CANAS, Vitalino (org.). *O Partido Socialista e a democracia*. Oeiras: Celta Editora, p. 51-93, 2005.

REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril: mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos livros, 2007.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 30-47, 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

RORIZ, João. Os donos do silêncio: a política externa do regime militar brasileiro e a comissão de direitos humanos das Nações Unidas. *Lua Nova*. São Paulo, n. 113, p. 103-136, 2021.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Repressão além das fronteiras: O CIEx e a espionagem brasileira em Portugal (1974-1979). *Diálogos*. Maringá, v. 24, n. 2, p. 342-357, 2020.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*. Mariana, v. 5, n. 10, p. 75-93, 2012.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. New York: Cambridge University Press, 2005.

TAVARES, Flávio. *1964: o golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014. E-book.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A África e as Potências Emergentes: o Sul e a cooperação profana. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*. Porto Alegre, v. 3, n. 5, 2014.